

BOLÍVIA

*Almiro Petry*¹ (2008)²

A *República da Bolívia*³ situa-se no centro-oeste da América do Sul e tem como vizinhos o Brasil ao norte e ao leste (maior fronteira: 3.400 km); o Peru e o Chile, ao oeste; a Argentina, ao sul; e o Paraguai, ao sudeste, com a singularidade de não ter acesso ao mar. Ocupa uma área de 1,098 milhão de km² e, em seu território, a cordilheira dos Andes atinge a largura máxima (650 km). Ali localiza-se o altiplano andino, com clima árido, e as principais cidades como La Paz, a capital mais alta do mundo (3.636 m). No norte e no leste as planícies estão cobertas pela mata amazônica e, no sudeste, encontra-se a pantanosa região do *Chaco*. A variação da altitude vai dos 90 m do nível do mar (rio Paraguay) aos 6.542 m do pico *Nevado Sajama*. Devido a essa configuração do relevo, o clima varia conforme a altitude: úmido e tropical a frio e semi-árido. Esse território tão acidentado só oferece 2,78% da área arável. O país compartilha com o Peru o *Lago Titicaca* (3.805 m), o lago navegável de mais elevada altitude do mundo.

Neste território habitam 9,2 milhões de pessoas, sendo 30% quíchuas, 25% aymarás, 30% euroameríndios e 15% de brancos. Devido à intensa população indígena, os idiomas oficiais são espanhol, quíchua e aymarás. É uma população pobre (60% vive abaixo da linha de pobreza), muitos são analfabetos (13,7%) e muitos são jovens. A estrutura etária é: 33,5% estão na faixa de zero a 14 anos; 61,8% na faixa de 15 a 64; e somente 4,7% têm 65 e mais anos. A mortalidade infantil também é elevada, pois 49,1/1000 n.v morrem antes de completar um ano de vida. Isto se reflete na expectativa de vida que é de 66,5 anos; as mulheres atingem 69,3 e os homens, 63,8 anos. O crescimento demográfico gira em torno de 1,38% a.a. Estes indicadores expressam um IDH baixo, que está em 0,695 (30º da América Latina e 117º do mundo). A força de trabalho soma 4,7 milhões e 8% estão desempregados (somente

¹ Mestre em Sociologia Rural (UFRGS) e Doutor em Ciências Sociais (Unisinos); Professor do Curso de Ciências Sociais da Unisinos e do Departamento de Sociologia da UFRGS (almiro.petry@gmail.com).

² Versão atualizada da publicada em 2007.

³ SADER, Emir (Coord). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: BoiTempo, 2006. Verbete: **Bolívia**.

ALMANAQUE ABRIL: **Enciclopédia de Atualidades 2006**. São Paulo: Ed. Abril, 2006. Verbete: **Bolívia**.
<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/bl.html>

considerando a área urbana). A ocupação desta força de trabalho está em 40% na agricultura, 17% na indústria e 43% no setor de serviços, quadro que caracteriza o país na etapa pré-industrial.

O PIB (2007), com o crescimento de 4%, é de US\$ 39,7 bilhões (PPP) ou US\$ 12,8 bilhões (por equivalência cambial), sendo 14,5% originado pelo setor primário; 30,5% pelo secundário; e 55% pelo setor de serviços. O baixo PIB revela uma baixíssima renda per capita, em torno dos US\$ 1.390 (por equivalência cambial) ou US\$ 4.700 (PPP), que afeta a todos os setores sociais, mormente a saúde, a educação e o saneamento básico. O valor das exportações (2007) também é baixo: US\$ 4,3 bilhões, destinando-se 45,5% para o Brasil; 10,8% para os EUA; 9,2% para a Argentina; 6,8% para a Colômbia; 5,5% para o Japão e 4,3% para a Coreia do Sul, os mais relevantes. As importações somam: US\$ 3,1 bilhões, procedendo 29,3% do Brasil; 16% da Argentina; 12,1% do Chile; 9,1% dos EUA e 8,1% do Peru. O PIB está concentrado nas camadas mais ricas, pois os 10% mais ricos detêm 47,2% do mesmo e os 10% mais pobres, somente 0,3%, expresso no coeficiente de Gini de 0,59. A dívida pública corresponde a 46,2% do PIB e a dívida externa está em torno de US\$ 3,8 bilhões (apesar do perdão concedido por alguns credores – inclusive o Brasil – por ocasião da passagem do milênio).

A República da Bolívia nasce em 1825 (com quase 2 milhões de km²), através dos Exércitos Libertadores, sob a liderança de Simon Bolívar e de José Antonio de Sucre, junto com as revoltas das guerrilhas locais, que enfraqueceram a presença militar espanhola. Os povos indígenas compunham 90% da população. No entanto, os proprietários de fazendas e demais elites locais assumiram a tarefa de constituir a nova república, frente às vizinhanças do Peru, do Paraguai, do Chile, da Argentina e do Brasil. De um lado, estas lideranças se descolaram da burocracia colonial espanhola e aderiram aos “ideais liberais e modernistas das demais repúblicas”; de outro lado, entre 1825 a 1880, a Bolívia estava dominada pelos caudilhos militares que lideraram sucessivos golpes de estado, intercalados com eleições parlamentares e demais governantes, sendo os eleitos impedidos de completar os seus mandatos. Este ciclo é interrompido com a Convenção Nacional de 1880, que promulga uma nova constituição e entra em vigor um sistema partidário regular com um período democrático que se estende até 1932, início da guerra do Chaco.

Nesta época, a Bolívia perde para o Chile⁴ grande parte de seu território, que lhe dava acesso ao Pacífico, solo rico em salitre. Fato que se repetirá com o Brasil em relação ao território do Acre⁵, onde se extraía a borracha, e em relação ao Paraguai com o território do

⁴ Pela Guerra do Pacífico – 1879 a 1882.

⁵ Pela Guerra do Acre – 1902 a 1903.

Chaco⁶, planícies ricas em petróleo e biodiversidade. Nestes três conflitos a Bolívia perdeu quase a metade de seu território original, “o que influenciou economicamente o destino do país e também a formação de uma consciência coletiva de mutilação e derrota histórica” (Sader, 2006, p. 191).

Aquelas perdas territoriais foram compensadas, em parte, pela posterior exploração da prata e do estanho, e, no final do século XX, pela extração e comercialização do gás natural e do petróleo. A prata, explorada nos departamentos de Oruro e de Potosí, estava nas mãos dos “patriarcas da prata”, as famílias Pacheco e Aramayo, que com os investimentos próprios e estrangeiros colocaram o país na primazia do ranking mundial de exportação de prata (ápice entre 1875 a 1895, produzindo um colapso nos preços internacionais). No entanto, a riqueza permaneceu em poder dos “patriarcas” que passaram a influir diretamente na política, promovendo uma liberalização do Estado. Nesta fase ocorre uma incipiente industrialização – setores de bebidas, de alimentos, de têxtil e de curtumes -, que não prospera como se projetara. Com o esgotamento das minas de prata, entra em cena a exploração do estanho nos mesmos Departamentos, mas também sob o controle de três famílias: Simon Patiño, Carlos Aramayo e Maurício Hirsch, todas, a princípio, de capital boliviano, mas com escritórios sediados na Europa e controladoras de quase 80% do setor. Entretanto, os tentáculos da “rosca” ou “barões do estanho”, como eram conhecidos, se prolongavam, nas esferas políticas, fazendo com que a condução do país se mantivesse de acordo com seus interesses. Nas questões sociais, ficava claro que o ideal do Estado passava pela exclusão, ou até mesmo a eliminação, dos povos indígenas. Difundia-se a idéia de que os indígenas eram os responsáveis pelo “atraso” do país, interna e externamente.

Paralelamente, a questão agrária entra no cenário político-econômico com três principais atores: os fazendeiros que predominam nas áreas dos vales – Cochabamba, Chuquisaca, Santa Cruz e Tarija, que detinham 57% da superfície do país; as comunidades agrícolas indígenas na zona do planalto – La Paz, Oruro e Potosí, ocupando 86% da região; e os pequenos camponeses espalhados pelo território nacional, ocupando 28% das terras. Pela total insuficiência de vias de transporte, a agricultura e a pecuária orientam-se para os mercados locais, enquanto “o Estado continuou promovendo a entrega de grandes propriedades de terras no norte e no leste do país” aos fazendeiros, já detentores das terras das planícies. Este “ciclo liberal” é interrompido pelos governos militares que se sucederam após a guerra do Chaco, quando se inicia, com a revolução de 1952, um “ciclo protecionista do capitalismo de Estado” que tenta proteger os pequenos mercados internos e fortalecer o Estado. Nesta época é criada a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

⁶ Pela Guerra do Chaco – 1932 a 1935.

(YPFB), que se tornará uma das principais empresas geradoras de excedente econômico; nacionaliza-se a mineração de estanho; promove-se a diversificação econômica, a substituição das importações pela industrialização e se estimula o mercado interno. Com a nacionalização do estanho, cria-se a empresa estatal Corporación Minera de Bolívia (Comibol) que passa a explorar as minas de estanho, de prata, de chumbo e de zinco⁷.

O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com um ideário nacionalista de esquerda e populista, que se opõe aos partidos marxistas – Partido Operário Revolucionário (POR) e Partido da Esquerda Revolucionária (PIR) – chega ao poder com Victor Paz Estenssoro, pela revolução de 1952. Além das nacionalizações, o MNR outorga o direito de voto às mulheres e aos indígenas⁸; decreta a reforma agrária nos altiplanos e abre espaços para a democratização política e econômica, derrubando a estrutura tradicional do poder minero-latifundiário. Neste contexto a Central Operária Boliviana torna-se um importante ator político, impedindo que o MNR se dobrasse às pressões norte-americanas. Ela também é determinante no apoio transformador dos indígenas em camponeses. No entanto, um golpe militar, com a ajuda norte-americana, põe fim a coabitação entre partido político e sindicato, colocando, em 1964, o general René Barrientos Ortuño no poder (1964-1969). O novo regime divide o movimento operário e sindical conseguindo apoio dos segmentos menos radicalizados. Muitos passaram para a clandestinidade e se organizaram nas famosas guerrilhas que acabaram sendo lideradas por Che Guevara⁹.

Sucedem-se, durante dezoito anos, as ditaduras militares que polarizam o sistema político do país. De um lado, o Exército que articula as facções empresariais da nova mineração e dos latifundiários; do outro lado, a Central Operária Boliviana unificadora do nacionalismo popular de raiz operária e urbana. O general Barrientos entregou recursos estatais ao empresariado mineiro, reduziu os direitos sociais dos trabalhadores, reprimiu os sindicatos e enfrentou a guerrilha. O general Alfredo Ovando (1969-1970), com apoio de intelectuais, nacionalizou a Gulf Company. O general Juan José Torres (1970-1971), continuou as nacionalizações e ofereceu o co-governo à COB. Por isso foi deposto e o general

⁷ A revolução de 1952, ocorrida em abril, consistiu na revolta dos sindicatos das cidades e das minas que “conseguiram tomar vários postos policiais e quartéis militares, provocando uma insurreição armada. Em três dias de combates nas principais cidades do país, as tropas do Exército foram derrotadas militarmente, desarmadas e dissolvidas, sendo substituídas pelas milícias armadas dos sindicatos operários, que durante dois anos se encarregaram do exercício da coerção estatal. Essa ação política vitoriosa dos sindicatos marcou o comportamento posterior dos operários bolivianos sindicalizados em relação à preponderância da forma sindicato acima de qualquer outra proposta organizativa e sua recorrente aspiração ao poder político, mediante o qual se garantia a conquista de direitos trabalhistas e sociais”. Após esta vitória os sindicatos criaram a Central Operária Boliviana (COB), que exerce a hegemonia do movimento operário. Seu ideário era: a nacionalização das minas; a nacionalização das ferrovias; a implementação da reforma agrária, entre outras reivindicações. A presença e a força da COB materializou-se na indicação de quatro ministros operários, iniciando uma lógica de co-governo, presente nas reivindicações sociais (Sader, 2006, p. 200).

⁸ A partir deste direito e desta data, passam a ser denominados de *camponeses*.

⁹ Che assume a liderança desta guerrilha em março de 1967. Foi assassinado no dia 9 de outubro do mesmo ano.

Hugo Banzer Suárez (1971-1977) utiliza os recursos públicos e a dívida externa para apoiar os setores agroempresariais do país (Linera, 2006, p.193-194). Nesta época, este modelo desenvolvimentista-estadista começa a vivenciar suas limitações. O “massacre do vale” (1974)¹⁰ foi contra os aymarás e camponeses dos vales que reivindicavam o retorno à democracia, apoiado pelo governo norte-americano de Carter. Entre 1977 e 1980 ocorreram três eleições gerais e quatro golpes de Estado que marcaram o fim do regime militar. Os grandes partidos: Unidade Democrática Popular (UDP), uma frente de organizações da esquerda moderada; o antigo MNR, liderado pelo ex-presidente Victor Paz Estenssoro, com posições conservadoras; a Ação Democrática Nacionalista (ADN), partido criado pelo presidente Hugo Banzer como sua retaguarda política; e, o Partido Socialista Uno (PS-1), liderado por Marcelo Quiroga Santa Cruz, disputam o poder. A UDP conseguiu a vitória, nas sucessivas eleições, e os militares se retiram, em 1982, “carentes de legitimidade interna e de apoio externo”, entregando a administração estatal ao Congresso.

Do período revolucionário (1952) até as “reformas de livre mercado da década de 1980”, para Linera¹¹ a presença operária caracterizou-se por cinco componentes: “1) A concentração de enormes contingentes de trabalhadores em fábricas e empresas criava à sua volta grandes cidadelas de operários, o que permitiu uma territorialização sedimentada da cultura sindical de classe. 2) A consolidação de um tipo de trabalhador com contrato por tempo indefinido deu lugar à concepção de um tempo homogêneo e cumulativo no qual era possível prever com tranqüilidade o futuro individual em um futuro coletivo de classe [...]. 3) A existência de um sistema de fidelidades internas permitiu transformar em valor acumulado a associação por centro de trabalho [...]. 4) A fusão dos direitos de cidadania com os direitos trabalhistas foi resultado do reconhecimento por parte do Estado, a partir dos anos 1940, da legitimidade da organização sindical. Dessa época até 1985, o sindicato foi a forma legítima de acesso aos direitos públicos, e isso fez com a noção de Estado, a hegemonia estatal e seus preceitos homogeneizadores se expandissem por meio dos sindicatos sobre enormes contingentes de migrantes da agricultura que marchavam para as cidades e fábricas. 5) Uma sólida estrutura organizativa, sustentada pela consistência da identidade por centro de trabalho, abarcou o território nacional numa extensa e compacta rede de escalões, hierarquizados por ofícios e múltiplos ramos de ofício, por províncias e, por fim, em escala

¹⁰ “Não há informação oficial a respeito do número de execuções por motivos políticos, prisões ou exilados na Bolívia durante este período. Os números mais confiáveis apontam 200 desaparecidos, 3.000 presos e milhares de exilados. O pior incidente da repressão foi o “Massacre do Vale”, em janeiro de 1974, em que morreram entre 80 e 200 camponeses que protestavam contra o alto custo de vida”.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020505_banzerae.shtml

¹¹ LINERA, Álvaro. **Bolívia**. In: SADER, Emir (Coord). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: BoiTempo, 2006, p.189-203.

nacional” (Linera, 2006, p. 200). Esta época caracteriza-se pelas demandas do operariado voltadas para os letígios nas melhorias salariais; na materialização dos direitos trabalhistas; e, na formação histórica do sindicalismo. A Central Operária Boliviana aglutinou os operários urbanos, os camponeses, os professores, os estudantes, os pequenos comerciantes e os cidadãos em geral, encaminhando suas demandas ao Estado. Assim, a COB pode ser “considerada a trama da autoformação política das classes subalternas bolivianas no que diz respeito aos símbolos, aos códigos, ao acervo e aos parâmetros organizacionais do movimento operário” (*idem*, p. 201).

Com a devolução do poder pelos militares ao Congresso, este elegeu Hernán Siles Zuazo presidente da república, dando início a um ciclo civil de governos democráticos, que se estende até a presente data. A coalizão partidária da UDP restaurou o antigo ideário liberal, impondo uma hegemonia que consagra o *neoliberalismo* e, desde 1985, as reformas estruturais foram implantadas, antecedendo a cartilha do *Consenso de Washington*, que marca um “giro histórico no comportamento político na sociedade boliviana”. Segundo Linera,

as fronteiras foram abertas, o mercado de trabalho liberalizado, o gasto público reduzido e as empresas estatais deficitárias foram fechadas enquanto as demais foram privatizadas. Paralelamente, teve início um conjunto de reformas políticas orientadas ao enfraquecimento da presença política dos sindicatos. Despediu-se uma geração inteira de trabalhadores, fecharam-se as empresas com sindicatos grandes e decretou-se a livre contratação, o que levou a um acelerado processo de dessindicalização que, em um espaço de cinco anos, reduziu drasticamente a capacidade de pressão política da COB. Mediante acordos políticos, ficou garantida a alternância no governo, teve início a reforma da constituição, criou-se um tribunal constitucional dividido entre os partidos majoritários e abriram-se as portas para uma descentralização administrativa do tipo municipal que desmembrou, para as elites locais, a canalização das demandas e as pressões sociais (Linera, 2006, p. 195).

Este foi um período politicamente perturbado. Zuazo permaneceu dois anos no governo, sendo sucedido pelo ex-presidente Victor Paz Estenssoro (1985-1989). A ele seguiu Jaime Paz Zamora (1989-1993) e, ao completar o mandato, entregou a presidência a Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997), quando o ex-ditador Hugo Banzer Suárez volta ao poder (1997-2001)¹². Em 2001, Banzer renuncia e seu vice Jorge Quiroga Ramirez completa o mandato de cinco anos (2002), sendo sucedido pelo ex-presidente Gonzalo Sanchez de Lozada. Este, em 2003, renuncia e seu vice Carlos Mesa assume a presidência que, por sua vez, renuncia em março de 2005. Seu pedido foi rejeitado pelo Congresso, mas diante dos

¹² Entre janeiro e abril de 2000, uma série de protestos antiprivatização ocorreram em Cochabamba, por causa da privatização do sistema de fornecimento de água municipal. O governo boliviano declarou lei marcial, prendendo líderes do protesto e fechando várias estações de rádio, mas depois de contínuos distúrbios e da pressão civil, o governo finalmente abriu mão da privatização em 10 de abril. A deterioração do sistema político ocasionou a “morte” das forças políticas tradicionais, incluindo os partidos ADN (do ex-presidente Hugo Banzer), MIR (do ex-presidente Jaime Paz Zamora) e MNR (dos ex-presidentes Victor Paz Estenssoro e Gonzalo Sánchez de Losada). Isto levou ao surgimento de uma de uma confederação dispersa de movimentos sociais nativos (MAS) tendo Evo Morales como líder. Nas eleições de dezembro de 2005 Evo Morales e o MAS obtiveram uma vitória esmagadora atingindo 54% dos votos do eleitorado.

insistentes bloqueios, protestos e manifestações nas ruas, que provocaram o temor de uma guerra civil, Mesa voltou a apresentar sua renúncia em junho do mesmo ano, quando teve a aceitação do Legislativo. O presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez, assume a Presidência de forma provisória e convoca eleições antecipadas para 18 de dezembro, quando Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), vence as eleições.

Os escassos resultados das reformas neoliberais levaram este modelo a uma profunda crise e a eclosão do ciclo de resistências e insurreições indígena-populares transformaram o campo político boliviano. Os tradicionais partidos perderam seus espaços e nas eleições nacionais de 2002 o MNR conseguiu 20% dos votos; o MIR obteve 15% e a ADN apenas 3%. Nas eleições municipais de 2004 estes partidos perderam dois terços de seus eleitores e o MAS, que já obtivera 19,4% das votos nacionais, transformou-se na principal força política¹³, por causa da importância dada aos indígenas na vida política e pela proposta da mudança sócio-econômica contrária às políticas livremercadas. Assim, em 18-12-2005, Evo Morales, do povo indígena aymará, com 51% dos votos, elege-se, como primeiro indígena, à Presidência da República.

O estatuto eleitoral boliviano estabelece eleições diretas para o Presidente e o Vice-presidente, eleito para cinco anos, sem a possibilidade da reeleição consecutiva. O Legislativo é bicameral – o Congresso Nacional –, sendo o Senado constituído por 27 cadeiras, cujos ocupantes são eleitos pela lista proposta pelos partidos, por um período de cinco anos. A Câmara dos Deputados é formada por 130 deputados: 70 são eleitos por voto direto e 60 pela proporcionalidade das listas dos partidos, para uma legislatura de cinco anos. Atualmente, os principais partidos são: Movimento ao Socialismo (MAS), Movimento pela Bolívia Livre (MBL), Movimento Nacional Revolucionário (MNR), União Nacional (UN), Poder Democrático Nacional (PODEMOS) e Aliança Social (AS).

Com o MAS no poder, a Bolívia vive uma das mais importantes reconfigurações das relações de poder de sua história. Respeitando as identidades culturais dos povos indígenas, sob a pressão regional dos grupos sociais se questiona o modelo de desenvolvimento fundado na simples extração e exportação de matérias-primas e na dualidade dos mercados estabelecidos. Acredita-se que sendo exitosa, esta reconfiguração do Estado boliviano poderá dar solidez e uma nova projeção histórica ao país. Cabe observar o desenrolar deste processo e desta nova força política.

Os recentes fatos que decorrem da Assembléia Nacional Constituinte – convocada para redigir uma nova constituição e um referendo sobre a autonomia dos departamentos, uma tentativa de reverter o “Estado de exclusão e um secular esquema centralista” –, processo

¹³ O MAS obteve 17,5% da votação e passou a controlar 100 dos 327 municípios.

marcado por vários atos violentos de protestos e que elaborou uma nova constituição, aprovada em novembro de 2007, a revelia da oposição, incluiu novas regras e princípios (oriundos do MAS), o que ensejou novas revoltas nos Departamentos mais aquinhoados, como os de Santa Cruz e de Cochabamba. Nesta linha, de preservar privilégios históricos, o Departamento de Santa Cruz – o mais rico da Bolívia – realizou em 04-05-08 um referendo a um estatuto de autonomia, aprovado por 85% dos eleitores, um desafio ao governo central de Evo Morales. O prefeito Rubén Aguillera recebeu o título de Governador e o Conselho Departamental foi transformado em Assembléia Legislativa. Aguillera anunciou em 15 de maio, dia da posse, a realização de eleições para as 28 cadeiras da assembléia legislativa e dos 15 subgovernadores das províncias. Para La Paz, todos estes atos de autonomia são “ilegais e inconstitucionais”, porque “rompem com a unidade jurídica e territorial do Estado boliviano”.

A nova constiuição continua fomentando algumas polêmicas como a definição constitucional da capital – disputa entre Sucre que é a capital histórica e da Suprema Corte de Justiça, e de La Paz, que é a sede da Presidência da República e do Congresso Nacional – fato que levou os constiutintes do Departamento de Chuquisaca a abandonar as sessões e será definido por um referendo; a “função social” da propriedade privada etc.; além da total rejeição por cinco Departamentos, os de Santa Cruz, Tarija, Chusquisaca, Beni e Pando.

Visitar: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>
<http://www.embolivia-brasil.org.br/principal.htm>
http://www.paho.org/spanish/dd/ais/be_v24n1-Bolivia.htm

Aprender com o Sul

*Boaventura de Sousa Santos**

Quando, em 1537, decretou na bula *Sublimis Deus* que os índios tinham alma, o Papa Paulo III abriu um longo processo histórico que se encerrou com a eleição, em 2005, do primeiro índio presidente de um país, Evo Morales, na Bolívia. Com 62% de população indígena, a Bolívia é um dos países da América Latina mais ricos em recursos naturais e um dos mais pobres. Este contraste, que, aliás, caracteriza muitos outros países do Sul global, bastaria para fazer um juízo sobre o "modelo de desenvolvimento" que o colonialismo e o capitalismo impuseram à grande maioria da população do mundo nos últimos cinco séculos.

Mas, melhor que juízos éticos, falam as resistências e as alternativas de que novos actores sociais e novas práticas transformadoras vão dando testemunho um pouco por toda a

parte. Aproveitando a oportunidade histórica que lhe foi dada pelo imperialismo norte-americano, ao concentrar-se, na última década, nas riquezas petrolíferas do Médio Oriente, a América Latina está hoje na vanguarda da reinvenção do Estado, da democracia e da esquerda, e a Bolívia é talvez o país mais avançado neste domínio. Não deixa de ser sintomático que sejam os excluídos dos excluídos, os povos indígenas, a protagonizar este processo.

Depois de duas semanas de trabalho intenso com os líderes dos movimentos indígenas, de camponeses, de mulheres e de deputados da Assembléia Constituinte apostados na refundação do Estado boliviano, chego à conclusão de que o grande problema da esquerda europeia e norte-americana reside em continuar a pensar em termos de teorias que foram desenvolvidas em seis países do Norte global (Inglaterra, Alemanha, França, Itália, União Soviética e EUA), enquanto as práticas de transformação social mais inovadoras estão a ocorrer no Sul global.

Esta discrepância, que produz uma cegueira arrogante e uma estagnação disfarçada de complexidade, vai durar muito tempo, enquanto a idéia de progresso continuar a impedir os países mais desenvolvidos de aprender com os países menos desenvolvidos. O seu custo maior é impossibilitar a emergência de formas não colonialistas de solidariedade entre as forças progressistas do Sul e do Norte. Como me dizia uma grande líder indígena, sempre olhamos para a Europa como uma possível alternativa, mas, com tristeza, verificamos que já nem sequer no modelo social europeu acreditam; pelo que vemos, a diferença entre a direita e a esquerda europeias é a opção pela privatização mais ou menos selvagem dos serviços públicos e surpreende que não vejam uma relação entre tal política e o aumento da criminalidade, da desigualdade social, da corrupção e do racismo.

O processo boliviano é frágil e de desfecho incerto. Em Santa Cruz de la Sierra, centro do capitalismo agrário, vi deputados constituintes indígenas serem insultados e agredidos por grupos de extrema direita. O que me impressionou na atitude dos deputados foi que, em contraste com a esquerda europeia hegemônica, são militantes de causas, não são funcionários de coisas.

- *Boaventura de Sousa Santos é sociólogo e autor, entre outros, dos livros Introdução a uma ciência pós-moderna, Globalização: Fatalidade ou Utopia? e A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Leciona na Universidade de Coimbra e é membro do Centro de Estudos Sociais dessa mesma universidade*
Este artigo foi publicado originalmente em www.ces.uc.pt